cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2025.02.05 07:03:01 -03'00'

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 5 de fevereiro de 2025 • Nº 1984 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

MILITARES GOLPISTAS

PGR defende perda do cargo de ex-agentes da ditadura

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou na segunda-feira, um recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que dois ex-agentes da ditadura militar percam seus vínculos com a administração pública. Os alvos da ação são os coronéis do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Os dois já morreram. A PGR argumenta que os dois militares, que comandaram o Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) entre 1970 e 1976, foram responsáveis por atos de tortura durante a ditadura militar. O pedido de desligamento póstumo poderia afetar benefícios e pensões pagos aos familiares deles. O subprocurador Aurélio Rios afirmou que a Lei nº 1.711/1952 prevê a demissão de servidores públicos que cometam agressões contra cidadãos. "Dessa forma, apesar de falecidos, os acusados não podem permanecer com vínculo com a administração pública", justificou. PÁGINA 5

JARDIM PANTANAL

Tarcísio rejeita projeto de Ricardo Nunes para enchentes

Após a Prefeitura de São Paulo divulgar três possíveis projetos para resolver o problema de enchentes no Jardim Pantanal, bairro do extremo leste da cidade que historicamente sofre com as chuvas, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que pretende estudar mais a fundo o problema e suas possíveis soluções. "Ontem (segunda-feira), tivemos uma reunião na Prefeitura e batemos algumas alternativas. O que foi apresentado me deixou com dúvidas. Todas elas me deixaram com dúvidas", disse o governador. De acordo com Tarcísio, o que foi apresentado até então pode gerar uma transferência do problema de alagamento para outros municípios, como Guarulhos, que faz divisa com o Jardim Pantanal Ele e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), falaram sobre o assunto em coletiva de imprensa ontem. "É preciso um grande estudo hidrológico ali. Quando você pensa nas soluções de engenharia, o próprio dique que foi citado" diz. PÁGINA 4

TESOURO

Dívida pública sobe 12,2% em 2024 e supera R$ 7,3 tri

Influenciada pelo nível alto de juros, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em 2024 e superou a marca de R$ 7,3 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,52 trilhões em 2023 para R$ 7,316 trilhões no ano passado, alta de 12,2%. Apenas em dezembro, a DPF subiu 1,55% em relação a novembro, quando estava em R$ 7,204 trilhões. Apesar da alta em 2024, a DPF está dentro da banda prevista. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro do ano passado, o estoque da DPF deveria encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 11,13%, passando de R$ 6,269 trilhões em 2023 para R$ 6,967 trilhões em 2024. PÁGINA 2

MARGEM EQUATORIAL

TANIA REGO/ABRASIL

Petrobras diz ter atendido todas exigências do Ibama

A presidenta da Petrobras, Magda Chambriard (**foto**), disse ontem que a empresa atendeu a todas as demandas colocadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para exploração de petróleo na Margem Equatorial, na Bacia da Foz do Amazonas. A declaração foi dada durante o Fórum Brasil de Energia, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no centro do Rio de Janeiro. "Nós estamos em um processo de licenciamento com o Ibama. Entregamos toda a demanda do Ibama nos últimos dias de novembro. Estamos construindo o centro de reabilitação da fauna no Oiapoque, que deve ficar pronto agora em março", disse Magda. PÁGINA 3

COM VENDA NOS OLHOS

TRE absolve Cláudio Castro e vice por supostos gastos ilícitos

TOMAZ SILVA/ABRASIL

O governador Cláudio Castro (PL) (**foto**), e seu vice, Thiago Pampolha (MDB), foram absolvidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), na tarde desta terça-feira, no processo que apura supostos gastos ilícitos na campanha à reeleição em 2022. O relator da ação de cassação do governador, desembargador Rafael Estrela, votou pela absolvição do chefe do Executivo e seu vice. O voto foi acompanhado na íntegra pelas desembargadoras Daniela Bandeira, Tathiana de Carvalho, Kátia Junqueira e pelo presidente do tribunal, Henrique Carlos de Andrade Figueira. PÁGINA 5

PESQUISA

57% dos brasileiros são contra a escala de 6X1

Para 57% ou 92 milhões de brasileiros, a escala de trabalho 6 por 1 deve acabar. Outros 105 milhões (65%) enxergam o fim do regime de 6 dias como um fator para aumentar a oferta de empregos no País. É o que mostra uma pesquisa do Instituto Locomotiva e QuestionPro. A medida aumentaria a produtividade na visão de 68 milhões de brasileiros ou 42%. Além disso, 4 em cada 10 entrevistados acreditam que a economia não seria afetada caso o tipo de jornada fosse proibida. A avaliação de 54% ou 87 milhões é de que a escala 6x1 afeta negativamente a saúde mental dos trabalhadores. Com o fim do tipo de regime e a adoção de uma jornada mais curta, 65% acreditam que a qualidade de vida melhoraria. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA -0,63% / 125.173,78 / -796,68 / Volume: 19.799.532.881 / Negócios: 3.819.620

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	2,39	–2,05	–0,05
COGNA ON ON NM	1,38	–1,43	–0,02
B3 ON NM	11,07	–0,81	–0,09
BRADESCO PN N1	12,03	–0,20	–0,02
PETROBRAS PN N2	37,13	–0,99	–0,37

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
COELCE ON	27,50	+10,00	+2,50
BAUMER ON	15,50	+9,93	+1,40
RENOVA ON N2	1,04	+9,47	+0,09
RENOVA PN N2	1,04	+9,47	+0,09
DOTZ SA ON NM	3,660	+9,25	+0,310

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BRB BANCO ON	7,39	–16,50	–1,46
MANGELS INDLPN	7,65	–14,04	–1,25
RECRUSUL ON	3,33	–12,60	–0,48
AZEVEDO ON	1,54	–12,00	–0,21
AZEVEDO PN	1,55	–11,43	–0,20

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	44.556,04	+0,30
S&P 500	6.037,88	+0,72
NASDAQ Composite	19.654,015	+1,35
Nasdaq 100	21.566,917	+1,26
Euronext 100	1.541,93	+0,92
CAC 40	7.906,4	+0,66

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,27% (jan.)	**EURO turismo**	
Ufir-RJ	R$ 4,5373	**IPCA-15**	0,11% (jan.)	Compra: 6,0657	Venda: 6,2457
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(29/01)	13,25%	(29/01)	12,15%	Compra: 5,7927	-1,30%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(05/02)	0,1690%	BM&F/grama/RJ	R$ 532,01	Compra: 5,7706	Venda: 5,7712
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(05/02)	0,6698%	Compra: 5,9903	Venda: 5,9910	Compra: 5,8209	Venda: 6,0009

Economia

MERCADOS

Bolsa cai 0,65%, aos 125,1 mil pontos, com ata do Copom

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) não acompanhou a relativa melhora da percepção de risco global,

Ainda assim, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,65%, aos 125.147,42 pontos, entre mínima de 124.694,19 e máxima de 125.964,36 pontos na sessão, correspondente ao nível de abertura. O giro de ontem ficou em R$ 19,8 bilhões. No agregado das duas primeiras sessões de fevereiro, o Ibovespa acumula perda de 0,78%, após avanço de 4,86% ao longo de janeiro - mês em que a B3 atraiu R$ 6,8 bilhões em recursos estrangeiros, em ingressos líquidos. Em Nova York, os principais índices de ações registraram ganhos entre 0,3% (Dow Jones) e 1,35% (Nasdaq) ontem.

Na B3, entre as ações de maior peso e liquidez, apenas alguns nomes do setor bancário se decolaram de perdas ontem, como BB (ON +0,58) e Itaú (PN +0,36%). No dia seguinte ao relatório de produção do quarto trimestre de 2024, as ações da Petrobras fecharam em baixa (ON -1,26%, PN -0,99%). Vale ON, por sua vez, recuou 0,35%. Na ponta perdedora do Ibovespa, Automob (-6,25%), Suzano (-4,05%) e Azul (-3,92%). No lado oposto, Braskem (+3,89%), Natura (+2,83%) e Sabesp (+1,46%).

DÓLAR

O dólar emendou ontem, a décima segunda sessão consecutiva de queda no mercado local e fechou abaixo da linha de R$ 5,80 pela primeira vez desde 19 de novembro.

O dólar até abriu em alta moderada, em aparente realização de lucros após 11 pregões de queda. Mas passou a recuar ainda pela manhã e aprofundou as perdas pouco depois do meio-dia.

Com máxima a R$ 5,8269 e mínima a R$ 5,7573, o dólar à vista fechou em queda de 0,75%, cotado a R$ 5,7724 - o menor valor de fechamento desde 19 de novembro (R$ 5,7672). A divisa acumula baixa de 4,83% nos últimos 12 pregões e desvalorização de 6,60% no ano.

JUROS

Copom sinaliza alta de 1 pp na Selic em março

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A taxa básica de juros da economia, a Selic, deve aumentar novamente em um ponto percentual (p.p), em março. É o que aponta a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada ontem. Segundo o Copom, o cenário de inflação de curto prazo segue adverso, principalmente em razão do aumento nos preços dos alimentos. Mantido esse cenário, o comitê aponta que a inflação deve ficar acima da meta pelos próximos 6 meses.

"Diante da continuidade do cenário adverso para a convergência da inflação, o comitê antevê, em se confirmando o cenário esperado, um ajuste de mesma magnitude na próxima reunião", informa o Copom.

Na semana passada, o comitê aumentou a Selic para 13,25% ao ano, por entender que a decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta. A ata destacou que os preços dos alimentos se elevaram de forma significativa, em função, dentre outros fatores, da estiagem observada ao longo do ano passado e da elevação de preços de carnes, também afetada pelo ciclo do boi.

Com relação aos bens industrializados, o movimento recente de aumento do dólar pressiona preços e margens, sugerindo maior aumento em tais componentes nos próximos meses.

Para os integrantes do comitê, esse aumento tende a se propagar para o médio prazo. "Essa decisão [de aumentar a Selic] é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego", explica o comitê na ata.

Ainda segundo o Copom, a inflação de serviços segue acima do nível compatível com o cumprimento da meta, de acordo com as observações mais recentes. A ata destaca que, ao longo dos últimos trimestres, a atividade econômica manteve o dinamismo, em particular, no ritmo de crescimento do consumo das famílias.

Outro ponto destacado é que o mercado de trabalho também se mostrou aquecido, juntamente com o mercado de crédito. Esse quadro foge do cenário-base defendido pelo comitê para o recuo da inflação. Esse cenário envolve uma política econômica contracionista, com desaceleração da atividade econômica.

"Foi destacado, na análise de curto prazo, que, em se concretizando as projeções do cenário de referência, a inflação acumulada em 12 meses permanecerá acima do limite superior do intervalo de tolerância da meta nos próximos 6 meses consecutivos. Desse modo, com a inflação de junho deste ano, configurar-se-ia descumprimento da meta sob a nova sistemática do regime de metas", disse o Copom.

O regime de meta de inflação determina que o índice deve ficar em 3% no acumulado em 12 meses, com bandas de 1,5 p.p. para cima ou para baixo. Se ficar acima do limite da banda por mais de 6 meses seguidos, há o descumprimento da meta.

TESOURO

Dívida pública sobe 12,2% em 2024 e supera R$ 7,3 tri

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Influenciada pelo nível alto de juros, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu em 2024 e superou a marca de R$ 7,3 trilhões. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 6,52 trilhões em 2023 para R$ 7,316 trilhões no ano passado, alta de 12,2%.

Apenas em dezembro, a DPF subiu 1,55% em relação a novembro, quando estava em R$ 7,204 trilhões.

Apesar da alta em 2024, a DPF está dentro da banda prevista. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), revisado em setembro do ano passado, o estoque da DPF deveria encerrar 2024 entre R$ 7 trilhões e R$ 7,4 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 11,13%, passando de R$ 6,269 trilhões em 2023 para R$ 6,967 trilhões em 2024. No ano passado, o Tesouro emitiu R$ 24,82 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis corrigidos pela Taxa Selic (juros básicos da economia). No entanto, o principal fator de variação foi a apropriação de R$ 673,875 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Selic em 12,25% ao ano em dezembro do ano passado, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

Em 2024, o Tesouro emitiu R$ 1,457 trilhão em títulos da DPMFi, alta de 6,73% em relação a 2023, e resgatou R$ 1,43 trilhão. A maior parte das emissões (R$ 945,02 bilhões) ocorreu para atender à demanda de títulos corrigidos pela Selic.

No mercado externo, a Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 38,87%, passando de R$ 251,46 bilhões em 2023 para R$ 349,19 bilhões em 2024. A alta foi puxada pela valorização do dólar, que subiu 27,3% no ano passado. O dólar começou a disparar em junho, influenciado pelo atraso no início da queda dos juros nos Estados Unidos, pelas eleições no país e pelas turbulências provocadas após o anúncio da proposta de aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda.

COLCHÃO

Em 2024, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) caiu. Essa reserva passou de R$ 982,37 bilhões ano retrasado para R$ 860,15 bilhões no fim do ano passado.

Atualmente, o colchão cobre 6,24 meses de vencimentos da dívida pública, o menor nível desde fevereiro de 2016. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de cerca de R$ 1,25 trilhão da DPF.

COMPOSIÇÃO

Por causa da demanda por títulos vinculados à Selic, a proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu de 39,66% em 2023 para 46,29% em 2024. O PAF de 2024 revisado em setembro previa que o indicador fecharia 2024 entre 44% e 47%, contra estimativa anterior de 40% a 44%. Esse tipo de papel atrai o interesse dos compradores por causa no nível alto da Taxa Selic. O percentual pode subir ainda mais nos próximos meses por causa da perspectiva de alta nos juros básicos da economia.

Sem grande volume de vencimentos, a proporção dos títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) caiu, passando de 26,53% em 2023 para 21,99% em 2024. A versão mais recente do PAF previa que o indicador fecharia 2024 entre 22% e 26%, contra meta anterior de 24% a 28%.

No início do ano, o Tesouro tinha voltado a lançar mais papéis prefixados. No entanto, a volta das instabilidades no mercado comprometeu as emissões, porque esses títulos têm demanda menor em momento de instabilidade econômica e de alta nos juros.

A fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF também caiu, passando de 29,76% para 26,96%. O PAF revisado previa que os títulos vinculados à inflação encerrariam o ano entre 25% e 29%, enquanto a meta anterior estava entre 27% e 31%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública subiu de 4,05% para 4,76%, motivado principalmente pela correção de juros da dívida externa. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2024, entre 3% e 7%.

PRAZO

O prazo médio da DPF subiu levemente de 3,95 para 4,05 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

DETENTORES

As instituições financeiras seguiram em 2024 como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 29,5% de participação no estoque. Os fundos de pensão, com 23,9%, e os fundos de investimento, com 21,7%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Mesmo com as turbulências no mercado financeiro global, a participação dos não residentes (estrangeiros) subiu, de 9,5% em 2023 para 10,2% em 2024. Os demais grupos somam 14,8% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a Selic, a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

8,5 TRILHÕES EM 2025

e em nível recorde, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá chegar ao fim deste ano entre R$ 8,1 trilhões e R$ 8,5 trilhões. Os números foram divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, que apresentou o Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2025.

O plano apresenta metas para a dívida pública para este ano. Assim como no ano passado, governo criou um espaço para diminuir a fatia de títulos prefixados (com taxas de juros fixas e definidas antecipadamente) e aumentar a participação dos papéis corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia). Isso ajudaria a atrair os investidores aos títulos vinculados à Selic, que estão no nível mais alto em quase dois anos.

Segundo o documento, a parcela da DPF vinculada à Selic deverá encerrar o ano numa faixa entre 48% e 52%, contra intervalo de 43% e 47%. Atualmente, está em 46,29%. A fatia dos títulos prefixados deverá encerrar o ano entre 22% e 26%, praticamente estável em relação aos 21,99% registrados atualmente.

A proporção da dívida pública corrigida por índices de preços deverá ficar entre 25% e 29%. Hoje está em 26,96%. Já a participação da dívida corrigida pelo câmbio, considerando a dívida pública externa, deverá encerrar o ano entre 3% e 7%. O percentual atual está em 4,76%. Os números não levam em conta as operações de compra e venda de dólares no mercado futuro pelo Banco Central, que interferem no resultado.

PESQUISA

57% dos brasileiros são favoráveis ao fim da escala de trabalho 6X1

LETÍCIA NAOME/AE

Para 57% ou 92 milhões de brasileiros, a escala de trabalho 6 por 1 deve acabar. Outros 105 milhões (65%) enxergam o fim do regime de 6 dias como um fator para aumentar a oferta de empregos no País. É o que mostra uma pesquisa do Instituto Locomotiva e QuestionPro.

A medida aumentaria a produtividade na visão de 68 milhões de brasileiros ou 42%. Além disso, 4 em cada 10 entrevistados acreditam que a economia não seria afetada caso o tipo de jornada fosse proibida.

A avaliação de 54% ou 87 milhões é de que a escala 6x1 afeta negativamente a saúde mental dos trabalhadores.

Com o fim do tipo de regime e a adoção de uma jornada mais curta, 65% (105 milhões) acreditam que a qualidade de vida de quem trabalha melhoraria, mesma percepção de outros 69% (112 milhões), caso a redução dos dias trabalhados ocorresse sem diminuição salarial.

Também 69% dos entrevistados concordam que a proibição do tipo de jornada levaria a mais tempo para descanso, lazer e família.

A pesquisa apontou ainda que 91% ou 147 milhões têm algum conhecimento sobre a atual discussão a respeito do fim da escala 6x1. Entre os que trabalham ou moram com alguém que segue a escala, 97% está a par do debate, bem como 78% daqueles que não têm contato com a jornada.

Para o levantamento, foram feitas 1.461 entrevistas digitais por meio de autopreenchimento em todo País com pessoas acima de 18 anos.

O período de coleta de dados ocorreu entre 2 e 4 de dezembro de 2024, e a margem de erro é de 2,5 pontos porcentuais.

Nota

HADDAD DIZ QUE QUEDA DO DÓLAR E SAFRA DEVEM CONTER PREÇO DOS ALIMENTOS

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou ontem que a pressão sobre os preços dos alimentos deve diminuir nos próximos meses com a queda do dólar e a safra recorde em 2025. "O dólar estava a R$ 6,10, está a R$ 5,80. Isso já ajuda muito", afirmou o ministro ao ser questionado sobre a mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom), que apontou um "cenário adverso" para a inflação dos alimentos no médio prazo. Haddad disse estar "muito confiante de que a safra deste ano, por todos os relatos que eu tenho tido do pessoal do agro, vai ser uma safra muito forte. Isso também vai ajudar". A ata do Copom destacou que os preços dos alimentos se elevaram de forma significativa, em função, dentre outros fatores, da estiagem observada ao longo do ano passado e da elevação de preços de carnes, também afetada pelo ciclo do boi. O ministro da Fazenda observou que variáveis econômicas como o câmbio e a inflação "se acomodam em outro patamar, e isso certamente vai favorecer". Ele lembrou que o governo e o Congresso promovem um esforço de contenção de R$ 30 bilhões no Orçamento, com o objetivo de reduzir pressões fiscais sobre a política monetária.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

MARGEM EQUATORIAL

Petrobras diz ter atendido todas as exigências do Ibama

A presidenta da Petrobras, Magda Chambriard, disse ontem que a empresa atendeu a todas as demandas colocadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para exploração de petróleo na Margem Equatorial, na Bacia da Foz do Amazonas. A declaração foi dada durante o Fórum Brasil de Energia, na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no centro do Rio de Janeiro.

"Nós estamos em um processo de licenciamento com o Ibama. Entregamos toda a demanda do Ibama nos últimos dias de novembro. Estamos construindo o centro de reabilitação da fauna no Oiapoque, que deve ficar pronto agora em março", disse a presidenta da Petrobras.

"Todas as respostas às demandas estão no relatório que entregamos no dia 27 de novembro e agora estamos aguardando a avaliação do Ibama sobre o material."

A Bacia da Foz do Amazonas ocupa uma faixa no território marítimo que se estende entre a fronteira do Amapá com a Guiana Francesa até onde a Baía do Marajó divide o arquipélago da costa paraense. Na região, está o bloco exploratório de petróleo e gás natural FZA-M-59.

O bloco é parte da chamada Margem Equatorial, que comporta cinco bacias sedimentares: Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar, além da Foz do Amazonas. A Petrobras tem 16 poços na nova fronteira exploratória, no entanto, só tem autorização do Ibama para perfurar dois deles, na costa do Rio Grande do Norte.

A exploração é criticada por ambientalistas, preocupados com possíveis danos ambientais. O Ibama negou a licença para outras áreas, como a da Bacia da Foz do Amazonas. A Petrobras pediu ao instituto, ligado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), uma reconsideração.

CRISE MUNDIAL

Guerra comercial de Trump terá reflexos no Brasil, dizem economistas

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A guerra comercial desencadeada pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, deve causar reflexos na economia brasileira, que podem ser sentidos com maior pressão inflacionária, aumento de juros, imprevisibilidade e diminuição do ritmo de comércio internacional, além de taxação direta de exportações brasileiras. O cenário é traçado por economistas ouvidos pela *Agência Brasil*.

Nesta terça-feira começou a vigorar a taxação adicional de 10% aplicada a produtos chineses. O país asiático reagiu de imediato, impondo tarifas a produtos americanos, como carvão, gás natural e maquinário agrícola. Há a expectativa de um contato entre Trump a autoridades chinesas nas próximas horas.

Os vizinhos americanos México e Canadá conseguiram, após conversas com Trump na segunda-feira passada, suspender por 30 dias uma sobretaxação de 25%. Os anúncios foram feitos pela presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, e pelo primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau.

Os três países têm superávit comercial com os Estados Unidos, ou seja, vendem mais do que compram dos americanos. O Brasil vive situação oposta, tem déficit comercial, comprou mais do que vendeu aos americanos. Mesmo nessa situação, acreditam especialistas, o país deve receber reflexos da guerra de tarifas.

IMPREVISIBILIDADE

De acordo com a economista Lia Valls Pereira, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), a imprevisibilidade criada por Donald Trump é um dos primeiros grandes reflexos que afetarão a economia mundial, incluindo o Brasil.

"É tudo muito incerto, hoje é uma coisa, amanhã pode ser outra", disse a economista à *Agência Brasil* logo após o anúncio da suspensão da taxação de itens mexicanos e antes do alívio aos canadenses.

"Um dos piores efeitos é esse grau de imprevisibilidade que causa no comércio. Comércio internacional é uma coisa que tem planejamento, tem contrato. Se você fica em cenário totalmente incerto, é ruim para todos, inclusive para o Brasil", afirma.

RETALIAÇÕES

Donald Trump também tem ameaçado a União Europeia (UE) com a taxação de importações americanas. A UE tem dito que "deve responder com firmeza a qualquer parceiro comercial que imponha tarifas injustas ou arbitrárias sobre produtos do bloco".

Antes de chegarem a um acordo com Trump, México e Canadá tinham prometido medidas retaliatórias, caminho efetivamente seguido pela China.

"Se todo mundo começar a aumentar a tarifa, o comércio internacional recua, a demanda mundial recua", afirma Valls.

Para o professor de economia da Uerj Caio Ferrari, uma guerra tarifária tem potencial para provocar a desaceleração da economia mundial. Segundo ele, à medida que os países colocam retaliações em prática, a economia mundial diminui.

"Os ganhos do comércio, da especialização e da escala de produção eficiente global se reduzem. Isso afeta o Brasil na medida que as exportações brasileiras dependem da renda gerada no resto do mundo", diz Cario Ferrari.

O professor explica, que se a renda é menor, a demanda por exportações é menor. "Logo, teríamos um prejuízo ao setor externo exportador brasileiro", completa.

COMÉRCIO BRASIL-EUA

Em 2024¸ a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos ficou negativa no lado brasileiro em US$ 253 milhões. Vendemos para os americanos US$ 40.330 milhões e compramos US$ 40.583 milhões, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Os EUA são o segundo principal parceiro comercial do Brasil, atrás da China. Os itens que mais vendemos para os estadunidenses foram petróleo (14% do total exportado), produtos semiacabados de ferro ou aço (8,8%), aeronaves, incluindo partes e equipamentos (6,7%) e café (4,7%).

Apesar do déficit comercial brasileiro, Donald Trump já fez menções ao Brasil como um dos países que também podem ter itens taxados. Segundo o governante americano, o Brasil e a América Latina precisam mais dos EUA do que o inverso.

Enquanto o Brasil foi o nono maior importador de produtos dos EUA em 2024, segundo dados até novembro do governo americano, somos apenas o 18º que mais exporta para eles.

Na última quinta-feira (30), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a relação entre os dois países será de reciprocidade.

Para o economista Gilberto Braga, professor do Ibmec, o Brasil deve sofrer efeitos diretos de medidas protecionistas americanas, "muito provavelmente, em curto prazo".

"Uma das dúvidas principais é se as medidas serão lineares, um percentual fixo de taxa adicional sobre todos os produtos exportados ou se de forma seletiva, produto a produto", diz.

Lia Valls, da FGV, cita itens de siderurgia e agrícolas como os mais prováveis de serem taxados, por causa do sucesso brasileiro nesses setores.

Caio Ferrari, da Uerj, acredita que o Brasil pode estar em uma lista futura de países sobretaxados. "O Brasil pode ser afetado diretamente se a escalada tarifária americana incluir os produtos primários produzidos no Brasil".

Para ele, uma decisão americana nesse sentido seria um atraso. "Os países emergentes tentam reduzir as tarifas de produtos primários nas rodadas da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde sua criação. As medidas de Trump seriam um retrocesso grande nessa área".

INFLAÇÃO E JUROS

O professor Gilberto Braga observa que as medidas protecionistas americanas podem afetar a política de juros aqui no Brasil. Ele lembra que a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) classificou como risco de cenário externo a situação americana.

Um dos receios é que, para conter pressão inflacionária, o Federal Reserve (Fed, banco central americano) não consiga diminuir a taxa americana de juros – hoje entre 4,25% a 4,50% ao ano, patamar considerado alto para padrões mundiais, o que atrai dólares dos investidores internacionais, que retiram seus recursos de outras economias, como a brasileira.

A fuga de dólares do Brasil tem o impacto de aumentar o preço da moeda americana, causando pressão na inflação por aqui, efeito que o BC tentaria frear com aumento de juros, tornando o crédito no Brasil mais custoso.

MERCADO PAGO

Maquininhas na Argentina já aceitam pagamento via Pix

MATHEUS PIOVESANA/AE

As maquininhas Point Smart do Mercado Pago em estabelecimentos da Argentina começaram ontem a aceitar pagamentos com Pix via QR Code feitos por brasileiros. De acordo com a fintech, o método tem taxas menores que as de compras com cartões de crédito, em que a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é maior.

O comerciante indica na maquininha o valor em pesos da compra e, ao selecionar a opção Pix, um QR Code é gerado.

Para pagar, o brasileiro não precisa converter as moedas: basta entrar no aplicativo do banco ou fintech em que tem conta e fazer a transferência. Na maquininha, o valor aparecerá em pesos

A ferramenta entra no ar em período de alta temporada, em que muitos turistas brasileiros tradicionalmente visitam o país vizinho. O dinheiro cai instantaneamente na conta dos comerciantes no Mercado Pago, e o custo de transação é mais baixo que no caso dos cartões.

"Os brasileiros já adotaram o Pix como seu meio de pagamento favorito pela praticidade, economia e rapidez", diz em nota a chefe de Legal do Mercado Pago no Brasil, Priscila Faro. "Ao simplificar as transações para brasileiros e comerciantes locais, promovemos benefícios para todos os lados."

A funcionalidade será disponibilizada de forma progressiva aos estabelecimentos que usam a Point Smart, e deve chegar a 100% dos comerciantes elegíveis em breve. Não haverá custo adicional.

ENERGIA

Aneel busca solução em Itaipu que não eleve tarifa para consumidor

RENAN MONTEIRO/AE

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, disse que o órgão regulador está buscando uma solução sem ônus adicional ao consumidor no imbróglio sobre a tarifa de repasse de Itaipu. A área técnica aponta que, para 2025, seria necessário um valor de US$ 18,72/kW para cobrir o custo da cessão de energia e o saldo negativo da Conta de Comercialização de Itaipu.

A tarifa vigente é US$ 17,66/kW e eventual aumento seria bancado pelo consumidor. A Aneel estipulou ontem o prazo de 15 dias para o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) apresentarem uma "alternativa concreta" para evitar o repasse tarifário. O prazo conta a partir da publicação da decisão da Aneel.

Para Sandoval Feitosa, a melhor alternativa seria mudança da destinação do bônus de Itaipu, via decreto. Na prática, seria destinado parte desse bônus para a cobertura da conta de comercialização, atualmente deficitária. "Eu vou pedir um expediente junto ao MME para que possamos, com ENBPar, trabalhar na solução de menor impacto para o consumidor.

Nota

JBS VAI INVESTIR US$ 200 MILHÕES EM PLANTAS DE CARNE BOVINA NOS EUA

A JBS, maior processadora de carne do mundo, anunciou que está investindo US$ 200 milhões em duas de suas maiores plantas de carne bovina nos Estados Unidos, enquanto os frigoríficos enfrentam dificuldades para gerar lucros por causa da escassez de gado, o que tem elevado os custos. A empresa informou que US$ 150 milhões serão destinados à planta de Cactus, no Texas, para melhorar a parte da instalação onde as carcaças são processadas em cortes primários e expandir a área de carne moída. Além disso, US$ 50 milhões serão investidos na planta de Greeley, no Colorado, para construir um novo centro de distribuição.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ–Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco n. 156, 32º AD, SL 3229, Ed. Central, Centro/RJ, CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da Empresa RTT Soluções Industriais Ltda, CNPJ n° 67.844.183/0015-06 filiados e não filiados, lotados no Município que integra a sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede do Sindicato, no dia 10/02/2025, às 10h (horário de Brasília) em 1ª convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 10:30h (horário de Brasília), em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Autorização à diretoria do SINDEERH-RJ para negociar e firmar Acordo Coletivo - vigência: 2024/2026 com a empresa; b) Discussão de Reajuste Salarial; c) Deliberação da contribuição assistencial de R$15,00; d) Deliberação por benefícios diversos; e) Assuntos gerais.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - FUJB
CNPJ/MF 42.429.480/0001-50
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA - CO FUJB Nº 02/2025 PROCESSO FUJB Nº. 27.885-8 OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, VISANDO À EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS DA FARMÁCIA ESCOLA PARA ANEMIA FALCIFORME - PÓLO AJUDA, DO CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE MACAÉ/ UFRJ" Data de Recebimento do Link: **18/02/2025** Os envelopes devidamente lacrados contendo toda documentação solicitada, deverão ser entregues na Sede da FUJB, via correio ou qualquer outro serviço de entrega, até às 18 horas do dia anterior à data prevista para recebimento do link com a documentação, na forma prevista no Edital. **VALOR ESTIMADO: R$ 579.941,26** (quinhentos e setenta e nove mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e seis centavos). A documentação completa do Edital estará à disposição para consulta e/ou retirada no site http://www.fujb.ufrj.br. Quaisquer informações sobre o Edital poderão ser obtidas no Setor de Licitações da FUJB, pelo telefone (21) 3034-5861, ou pelo e-mail **slc@fujb.ufrj.br** nos horários já indicados.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2025
Cláudio Francisco de Siqueira
Comissão de Contratação
(Original assinado) Cláudio Francisco de Siqueira

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.152/2024

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.152/2024 no dia 18/02/2025 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de medicamento (IPRATROPIO AEROSSOL 20MCG/DOSE FRASCO 10ML - 200 DOSES, IPRATRÓPIO+FENOTEROL 20MCG+50MCG/DOSE AEROSSOL, FR 200 DOSES, ISOSSORBIDA, MONONITRATO 10MG/MLAMP 1 ML, IVABRADINA 5MG COMPRIMIDO, LACTULOSE 667MG/ML XAROPE FRASCO 120ML e etc.) Processo nº. 33409.010263/2024-79. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.118/2024

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.118/2024 no dia 18/02/2025 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos (CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA MAGNÉTICA A BASE DE GADOLÍNEO TENDO COMO PRINCÍPIOS ATIVOS: GADOBENATO DE DIMEGLUMINA, GADOBUTROL, ÁCIDO GADOTÉRICO, GADOTERIDOL, CONCENTRAÇÃO 0,5 MMOL/ML OU 1MMOL/ML, INJETÁVEL, FRASCO 7,5 ML OU 15 ML, CONTRASTE IODADO NAO IONICO DE BAIXA OSMOLARIDADE COM CONCENTRACAO DE IODO ENTRE 300-320 MG PARA USO INTRAVASCULAR 50 ML - TOMOGRAFIA e etc.) Processo nº. 33409.006977/2024-82. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50

PORTELA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA – CNPJ: 18.174.105/0001-22, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias – SMMAPA a AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO de nº 037/2024, emitida em 11 de setembro de 2024. Esta licença é válida até 11 de setembro de 2025. Autoriza a empresa para atividade de Supressão de Vegetação de 31 indivíduos arbóreos para loteamento residencial, localizado na Avenida Marques de Paranaguá, Quadra 20, Lote 05, Campos Elíseos, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50

PORTELA ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA – CNPJ: 18.174.105/0001-22, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias – SMMAPA a AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM de nº 040/2024, emitida em 11 de setembro de 2024. Esta licença é válida até 11 de setembro de 2025. Autoriza a empresa para atividade de Movimentação de Solo e Terraplanagem para implantação de um loteamento residencial, com volume de 83.860,80 m³, localizado na Avenida Marques de Paranaguá, Quadra 20, Lote 05, Campos Elíseos, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.117/2024

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº 90.117/2024 no dia 18/02/2025 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de medicamento (DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL COMPOSTO POR ÁCIDO PERACÉTICO A 0,2%, ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % ANTISSÉPTICO, FRASCO 1 LITRO, ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % ANTISSÉPTICO , ALMOTOLIA 100 ML, ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70 % ANTISSÉPTICO , ALMOTOLIA 100 ML e etc.) Processo nº. 33409.004962/2024-80. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 31º 21º 85% 05:50 18:51

METRÔ

Tatuzão encerra escavação do trecho norte de linha Laranja

FABIO GRELLET/AE

O tatuzão, como é popularmente conhecida a gigantesca máquina que escava túneis para a construção de linhas de metrô, vai chegar nesta terça-feira, à futura Estação Brasilândia, a última do trecho norte das obras da Linha 6-Laranja. Este ramal sendo construído em parceria público-privada (PPP) firmada entre o governo do Estado de São Paulo e a Concessionária Linha Universidade, com investimento de R$ 19,1 bilhões.

A linha vai ligar a Estação Brasilândia, na zona norte, à Estação São Joaquim, na região central, com 15,3 quilômetros de extensão e 15 estações, interligadas à Linha 1 pela São Joaquim. Ela deve ser entregue em 2027.

Esse tatuzão começou a escavação no sentido norte, a partir da Marginal Tietê, na região da Freguesia do Ó, em 15 de novembro de 2022. O equipamento pesa 2 mil toneladas, tem 109 metros de comprimento e diâmetro de escavação de 10,61 metros. Ele avança de quatro a seis metros por dia de trabalho, dependendo das condições do solo.

As estações estão sendo construídas simultaneamente à abertura dos túneis. A estação cuja construção está mais avançada é Perdizes, com 75,82% das obras concluídas, e a mais atrasada é 14 Bis-Saracura, com 14,18% já realizadas, segundo informa o site da concessionária responsável pela construção.

A tuneladora já está posicionada próxima à Estação Brasilândia, restando apenas romper uma parede para encerrar essa etapa da construção nesta terça-feira. Após a conclusão dessa etapa, a máquina será desmontada e recolhida. Outra tuneladora está fazendo a escavação no sentido sul.

PROIBIÇÃO

Prefeitura define regras sobre celular na mochila nas escolas

A Secretaria Municipal de Educação divulgou ontem, documento com as orientações sobre a utilização dos celulares e aparelhos eletrônicos nas unidades de ensino da capital paulista. As regras entram em vigor nesta quarta, 5, data em que os estudantes da rede voltam às aulas.

Segundo o documento, a restrição ao uso de celulares é prevista durante as aulas, recreios, intervalos entre as aulas e demais atividades desenvolvidas nas unidades educacionais. Entretanto, é menos restritiva do que a aplicada nas escolas estaduais, uma vez que os alunos poderão guardar os respectivos aparelhos junto com seus pertences, ou seja, dentro da mochila, e usar na entrada e na saída "para garantia de acessibilidade, inclusão e dos direitos fundamentais."

A utilização também será permitida em casos de atividades pedagógicas e atendimento às condições de saúde dos estudantes. Para os casos de uso pedagógico, segundo a secretaria municipal, deverá constar no planejamento do professor e contar com a ciência da equipe gestora das unidades.

Na rede estadual paulista nenhum aluno poderá usar celular dentro do prédio da escola, mesmo no intervalo entre aulas ou em atividades extracurriculares.

Ainda de acordo com a Prefeitura, em casos de descumprimento, o professor deve orientar o estudante a desligar o aparelho e guardar junto a seus pertences ou desligar e entregar a gestão escolar que irá devolvê-lo ao final do período. Em casos de reincidência e gestão deve convocar os responsáveis para orientações. As gestões das unidades também devem divulgar o número de telefone para contato em caso de necessidade de comunicação com os estudantes.

Segundo a pasta, as orientações também serão tratadas durante as reuniões de pais, Dia da Família e demais atividades desenvolvidas com a comunidade escolar.

A SME orienta que as escolas a promover ações de conscientização sobre os prejuízos e riscos do uso excessivo dos celulares com o apoio do Conselho de Escola e dos Grêmios Estudantis. Cada unidade também terá autonomia para, junto com o Conselho de Escola, elaborar normas complementares de acordo com os casos do cotidiano e com as legislações vigentes.

POLÍCIA CRIMINOSA

Investigador suspeito de revender drogas ganhou mais de R$ 81 mi

RAYSSA MOTTA, MARCELO GODOY E FAUSTO MACEDO/AE

Uma denúncia anônima colocou a Corregedoria da Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) no encalço do investigador Cléber Rodrigues Gimenez, suspeito de comandar um esquema de tráfico de drogas.

Procurada, a defesa informou que ele nega as acusações e provará a inocência. "Em razão do sigilo judicial que recai sobre o caso, a defesa não pode detalhar outras informações, frisando apenas que Cléber se manifestará no foro adequado, onde sua inocência será comprovada", diz a nota.

No dia 16 de julho de 2024, uma pessoa não identificada enviou ao Ministério Público um alerta: "URGENTE !!!!!! O maior esquema de corrupção já visto na história das polícias". A mensagem foi encaminhada por meio de um formulário eletrônico disponível no site do MP. Era o início do inquérito que, em seis meses, levaria Gimenez à prisão.

Segundo as investigações, Cléber Rodrigues Gimenez estaria por trás do desvio e da revenda de drogas apreendidas. O investigador é suspeito de substituir cargas de cocaína confiscadas em flagrantes da Polícia Civil por pacotes "batizados" com substâncias como talco e gesso. A droga "pura" seria vendida para traficantes com operações até fora do Brasil

Drogas apreendidas são encaminhadas ao Instituto de Criminalística, onde peritos fazem testes para confirmar que o material é mesmo entorpecente, e depois são armazenadas em cofres da Polícia Civil, até que a Justiça autorize a incineração. Peritos teriam sido corrompidos para emitir laudos falsos atestando a pureza da cocaína adulterada.

Um detalhe chamou a atenção das autoridades logo no início das investigações. Depois que Gimenez assumiu o 59º Distrito Policial (Jardim dos Ipês), houve um aumento expressivo no número de prisões por tráfico de drogas, com grandes apreensões, inclusive fora da área de atribuição da unidade policial.

As vultuosas apreensões não seriam fruto do acaso nem do trabalho de inteligência. Informantes em Mato Grosso do Sul alertavam sobre os grandes carregamentos, especialmente de cocaína. Quando os caminhões chegavam em São Paulo, eram abordados pela equipe do investigador, em falsos flagrantes.

A Justiça de São Paulo autorizou a quebra do sigilo bancário e fiscal de Gimenez. A análise das movimentações financeiras levou a novas suspeitas. O investigador é sócio da concessionária de automóveis 1000 Graus, de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. A empresa movimentou R$ 81 milhões entre 2017 e 2022, embora não tenha funcionários registrados. As autoridades acreditam que o CNPJ era usado para lavar dinheiro do esquema.

Com o avanço das investigações, a Justiça de São Paulo autorizou buscas em endereços ligados ao investigador e a seus aliados. Um dos alvos foi Maxwel Pereira da Silva, dono da Two Brothers Construções. Silva fez inúmeras transferências de dinheiro para Gimenez e para pessoas próximas ao investigador.

Agentes da Corregedoria da Polícia Civil estiveram em um apartamento ligado a Maxwel Pereira da Silva em dezembro. Também revistaram os carros dele que estavam na garagem do prédio. Apreenderam R$ 2,9 milhões em dinheiro vivo, US$ 13 mil, drogas (cocaína, crack, maconha e lança-perfume) e uma pistola. Ele foi preso em flagrante.

JARDIM PANTANAL

Tarcísio questiona projetos de Nunes para enchentes na zona leste

GIOVANNA CASTRO/AE

Após a Prefeitura de São Paulo divulgar três possíveis projetos para resolver o problema de enchentes no Jardim Pantanal, bairro do extremo leste da cidade que historicamente sofre com as chuvas, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou que pretende estudar mais a fundo o problema e suas possíveis soluções.

"Ontem (segunda-feira), tivemos uma reunião na Prefeitura e batemos algumas alternativas. O que foi apresentado me deixou com dúvidas. Todas elas me deixaram com dúvidas", disse o governador.

De acordo com Tarcísio, o que foi apresentado até então pode gerar uma transferência do problema de alagamento para outros municípios, como Guarulhos, que faz divisa com o Jardim Pantanal Ele e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), falaram sobre o assunto em coletiva de imprensa ontem.

"É preciso um grande estudo hidrológico ali. Quando você pensa nas soluções de engenharia, o próprio dique que foi citado, é a melhor solução? Qual é a repercussão que o dique tem, por exemplo, em Guarulhos? Muitas vezes, você faz uma intervenção aqui e empurra o problema para a jusante", afirmou Tarcísio.

- O bairro Jardim Pantanal nasceu na década de 1980, a partir de uma ocupação popular na área de várzea do Rio Tietê. Por isso, alaga sempre que há cheia do rio;

- No local, o rio passa em seu estado "natural", sem as contenções laterais que existem no trecho da Marginal Tietê;

- A população que trabalhava em São Paulo, mas não tinha condições de comprar ou alugar um imóvel, encontrou naquela região a oportunidade de levantar uma casa para morar. Hoje, já são cerca de 45 mil pessoas vivendo no bairro.

"Se a gente adotar, na pressão, uma solução que seja simplista, provavelmente a gente vai dar uma resposta errada.

E se a gente der a resposta errada, nós vamos gastar dinheiro e não resolver a vida de ninguém. Então, a gente tem que ter cautela", disse o governador de São Paulo.

O prefeito Ricardo Nunes disse que Município e Estado atuarão juntos para tentar solucionar o problema.

"Ontem (segunda-feira), o Tarcísio recebeu da nossa equipe técnica algumas opções, mas ainda tem muitas ações para a gente poder analisar e estudar.

O importante é que o Tarcísio vai estar junto no que a gente vier a apresentar sobre o Pantanal", afirmou o prefeito.

CAGED

SP lidera na criação de empregos com carteira assinada e no valor de salário

O estado de São Paulo criou 459.371 vagas de emprego com carteira assinada em 2024. Os dados são da Fundação Seade, com base nas informações do Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego.

São Paulo foi o estado que mais criou oportunidades no ano passado entre todas as Unidades da Federação – o equivalente a 1.259 vagas por dia.

"O estado de São Paulo reafirma sua vocação para o trabalho e a geração de oportunidades, liderando a criação de empregos formais no Brasil em 2024. Esse resultado reflete a força do nosso setor produtivo e a confiança das empresas em investir e crescer aqui. Seguiremos trabalhando para manter São Paulo como referência nacional em desenvolvimento, inovação e geração de empregos de qualidade", afirma o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

O Brasil gerou o total de 1.693.673 vagas em 2024. Assim, o estado de São Paulo criou 27% do total de vagas no país. A geração de empregos no estado teve aumento de 3,31% em relação ao mesmo período do ano passado.

A região Sudeste registrou saldo de 779.170 postos de trabalho formal, avanço de 3,35% em relação a 2024. O estado de São Paulo foi responsável por 59% do total de vagas da região.

Setores com mais contratações.

O setor de Serviços foi o que mais gerou vagas formais em 2024: 276.221 (60% do total de 459.371). Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas foi respopnsável por 131.301 vagas dentro do setor.

Indústria (92.486) e Comércio (81.236) são os setores que vêm em seguida na criação de maior número de postos de trabalho.

SALÁRIO MÉDIO

O estado de São Paulo teve o maior salário médio de admissão do país no ano: R$ 2.472,89 (alta de 3,22%), seguido por Distrito Federal (R$ 2.284,54) e Rio de Janeiro (R$ 2.223,29). No Brasil, o salário médio ficou em R$ 2.177,96 (alta de 2,59%). O Sudeste foi a região com maior valor no país (R$ 2.327,17).

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por ações – Securitizadora S1 - CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 29ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 29ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 12 de fevereiro de 2025, às 14:00 (quatorze) horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a Recompra Compulsória dos CRI, em razão do eventual inadimplemento da PMT com vencimento em 27 de janeiro de 2025, caso este inadimplemento venha a se confirmar, nos termos previstos na Cláusula 6.1, subitem (ii) da Cessão Ita e da Cessão Arcos (conforme definido no Termo de Securitização), bem como aprovar as providências necessárias à execução das garantias e à cobrança dos valores devidos. (ii) Autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT – CRI SUSTEN", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 04 de fevereiro de 2025.

Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Governo de São Paulo oferece 1 milhão de vagas para curso de IA

O Governo de São Paulo está com inscrições abertas para 1 milhão de vagas em um curso gratuito de Inteligência Artificial. Os interessados devem se inscrever até o dia 31 de março no site do programa Qualifica SP www.qualificasp.sp.gov.br.

Intitulado "IA Para Todos", o curso é oferecido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em parceria com a StartSe no formato on-line em modo assíncrono, o que permite o estudante realizá-lo quando e onde quiser.

A jornada de aprendizado é dividida em quatro módulos. O primeiro desmistifica a IA, demonstrando que qualquer pessoa pode utilizá-la. O segundo, ensina como integrá-la ao dia a dia. O terceiro, aborda a criação de aplicações para transformar atividades cotidianas em processos mais produtivos. Por fim, a última etapa foca na atualização e uso de diferentes ferramentas.

"A Inteligência Artificial veio para ficar e queremos que esse assunto seja de conhecimento de todos. Por isso, estamos oferecendo 1 milhão de vagas nesse curso introdutório gratuito para aqueles que desejam se destacar e se preparar para as novas demandas do mercado", afirma Jorge Lima, secretário de Desenvolvimento Econômico.

Podem participar moradores do estado de São Paulo alfabetizados, e não há idade mínima e máxima exigidas. O início é imediato após a realização da inscrição. O curso tem um total de quatro horas de aprendizado e pode ser concluído em até três meses. Ao final, os alunos receberão certificado emitido pela StartSe.

"A transformação que estamos vivendo com a IA supera as revoluções industrial e agrícola. Essa parceria com o Governo de São Paulo mostra que é um tema de política pública.

MILITARES GOLPISTAS

PGR defende perda do cargo de ex-agentes da ditadura

HENRIQUE SAMPAIO/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou na segunda-feira, um recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que dois ex-agentes da ditadura militar percam seus vínculos com a administração pública. Os alvos da ação são os coronéis do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel. Os dois já morreram.

A PGR argumenta que os dois militares, que comandaram o Destacamento de Operações de Informação do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) entre 1970 e 1976, foram responsáveis por atos de tortura durante a ditadura militar. O pedido de desligamento póstumo poderia afetar benefícios e pensões pagos aos familiares deles.

O subprocurador Aurélio Rios afirmou que a Lei nº 1.711/1952 prevê a demissão de servidores públicos que cometam agressões contra cidadãos. "Dessa forma, apesar de falecidos, os acusados não podem permanecer com vínculo com a administração pública", justificou.

A ação também pede o reconhecimento da imprescritibilidade de ações que busquem responsabilizar ex-agentes da ditadura. Segundo a PGR, a Lei da Anistia não deve ser aplicada para beneficiar os envolvidos em crimes dessa natureza.

"Isto porque o que se postula não é a reparação de danos morais ao Estado, mas para toda a sociedade brasileira, submetida a práticas desumanas para a repressão de sua liberdade de expressão política durante o regime militar, em especial da atuação dos ex-comandantes do DOI-Codi", disse o subprocurador.

A PGR também solicitou que o Supremo Tribunal Federal (STF) analise a legalidade da aplicação da Lei da Anistia no caso da morte do ex-deputado federal Rubens Paiva. Ele foi morto em janeiro de 1971, nas dependências do DOI-Codi, no Rio de Janeiro

Cinco militares são acusados de envolvimento no crime: José Antônio Nogueira Belham, Rubens Paim Sampaio, Raymundo Ronaldo Campos, Jurandyr Ochsendorf e Jacy Ochsendorf. A PGR busca reverter uma decisão do STJ que suspendeu o processo criminal contra eles, amparada na Lei da Anistia.

A subprocuradora Maria Caetana Cintra Santos sustentou que o entendimento internacional sobre o tema já estabeleceu que leis de anistia não podem ser aplicadas em casos de graves violações de direitos humanos.

A PGR defende que a revisão do caso por parte do STF pode estabelecer um novo entendimento sobre a responsabilização de agentes da ditadura. Ainda não há data para o julgamento.

COM VENDA NOS OLHOS

TRE absolve Cláudio Castro e vice por supostos gastos ilícitos

RAYANDERSON GUERRA/AE

O governador Cláudio Castro (PL), e seu vice, Thiago Pampolha (MDB), foram absolvidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), na tarde desta terça-feira, no processo que apura supostos gastos ilícitos na campanha à reeleição em 2022.

O relator da ação de cassação do governador, desembargador Rafael Estrela, votou pela absolvição do chefe do Executivo e seu vice. O voto foi acompanhado na íntegra pelas desembargadoras Daniela Bandeira, Tathiana de Carvalho, Kátia Junqueira e pelo presidente do tribunal, Henrique Carlos de Andrade Figueira.

Segundo desembargador a votar, Peterson Barroso Simão, foi o primeiro a divergir do relator e se posicionou pela condenação de Castro e Pampolha à inelegibilidade por oito anos. A divergência foi acompanhada pelo desembargador Ricardo Perlingeiro.

De acordo com o MP Eleitoral, Castro e Pampolha não comprovaram a destinação de aproximadamente R$ 10 milhões recebidos de fundos públicos e gastos na campanha ao governo fluminense. O órgão defende a cassação dos diplomas e a inelegibilidade dos dois por oito anos.

Para o desembargador Rafael Estrela, após analisar o caso, "não há prova de corrupção eleitoral tampouco provas de que houve intenção deliberada dos candidatos em desviar dinheiro de campanha". Segundo o relator do caso, "as despesas foram escrituradas": "Se o serviço foi mal prestado ou inexistente, não há provas a respeito disso".

"As alegações do MPE são sedutoras, mas quando confrontadas com a tese da defesa e, principalmente, a ausência de prova nos autos permite concluir que gastos ilícitos de campanha eleitoral ficaram no campo da suposição", afirmou o desembargador.

Segundo Estrela, o MP não apresentou provas de que houve ilegalidade nos gastos de campanha de Castro em 2022.

"Não há espaço para presunções. A má aplicação de recurso público demanda aprofundamento probatório, o que o MP não se desincumbiu", disse.

O magistrado acrescentou ainda que o MP Eleitoral "transferiu o ônus da prova da acusação à defesa" e buscou "chamar a atenção do juízo" com números de supostas movimentações financeiras.

"O que se deslumbra no presente caso, primeiro, é a transferência do ônus da prova da acusação à defesa, o que não se admite. Segundo, chamar a atenção do juízo através de números que traduzem, de fato, altíssima movimentação financeira, mas sem que se promova adequadamente uma construção lógica entre os números apresentados, as movimentações financeiras, o emaranhado de documentos que instruíram esse processo, a partir da prestação de contas e dos relatórios financeiros produzidos a partir da quebra de sigilo efetivada."

CONDENAÇÃO

O desembargador Peterson Barroso Simão divergiu do voto do relator e opinou pela condenação de Castro e Pampolha à inelegibilidade e perda do cargo. Para o magistrado, "não há como tapar o sol e a verdade com a peneira nem colocar uma venda nos olhos ao julgar". Segundo ele, "todas as teses das defesas não encontram o mínimo de respaldo diante dos documentos apresentados".

"Notas fiscais irregulares e omissas, endereços inexistentes, contabilidade irreal, empresas fictícias, contratos aditados sistematicamente com altos valores sem fundamentação entre familiares, o que não coaduna com o espírito público de respeitabilidade que o candidato deve ter com a Justiça Eleitoral e os eleitores. E a reprovação é a consequência lógica de quem trilha por caminhos da ilegalidade.

Quando a improcedência que conduz a absolvição dos representados faz letra morta da verdade dos fatos torna o caminho injusto, não razoável e desproporcional e abona as condutas dolosas praticadas nos documentos de prestação de contas", afirmou Simão

Para Barroso Simão, Castro e Pampolha foram beneficiados eleitoralmente: "A pretensão de ganhar a reeleição por meio fraudulento afronta a democracia".

"Nota-se que o princípio da transparência não integra as declarações prestadas pelos representados. A consequência de tais atos levou ao desequilíbrio da corrida eleitoral em 2022 com enorme vantagem financeira ilegal a Cláudio Castro e Pampolha com prejuízos irreversíveis aos demais concorrentes. Valores que causaram, sim, impacto negativo no pleito. Acrescente-se que a pretensão de ganhar a reeleição por meio fraudulento afronta a democracia", afirmou.

CONGRESSO

Hugo Motta critica 'guerra dos bonés' travada por lulistas e bolsonaristas

LEVY TELES/AE

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) (**foto**), criticou a postura de parlamentares apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que dedicaram os dois primeiros dias de atividade do Congresso Nacional para enviar mensagens usando bonés.

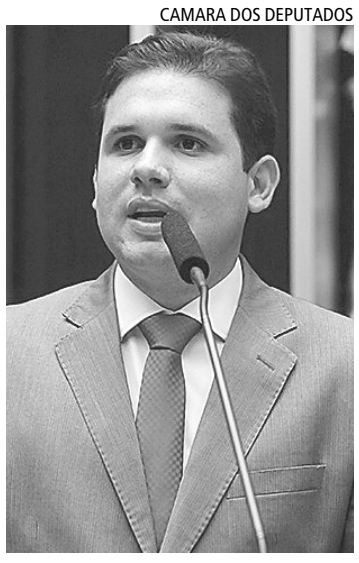
"Para mim, boné serve para proteger a cabeça do sol, não para resolver os problemas do País. O que a gente precisa é fazer, e ter a cabeça aberta para pensar em como ajudar o Brasil a ir para frente", escreveu Motta em publicação no X.

Os bonés começaram a aparecer neste sábado, 1.º, nas sessões que elegeram os novos presidentes da Câmara e do Senado Federal, quando os ministros licenciados do governo Lula para votar nas eleições da Câmara e do Senado usaram bonés azuis com a frase "O Brasil é dos brasileiros". Segundo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a ideia da frase partiu do novo ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom), o marqueteiro Sidônio Palmeira. "Pedi para o Sidônio pensar uma frase, Sidônio mandou a frase. Foi um sucesso", disse Padilha no sábado.

Segundo a assessoria de Padilha, já foram confeccionados mais de 100 bonés, das mais variadas cores, distribuídos para os parlamentares governistas, que também produzem os seus adereços independentemente. Nesta segunda, deputados do PSOL e do PT, por exemplo, estiveram com peças fabricadas em verde e amarelo, cores que remetem à bandeira do Brasil.

Já nesta segunda-feira, 3, a oposição decidiu usar o item para responder à base governista. O novo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), fabricou 30 bonés em verde e amarelo com a frase: "Comida barata novamente. Bolsonaro 2026". Também houve paródias com uma marca famosa de café chamada na peça de "Nemcafé" e uma foto de Bolsonaro em uma embalagem de carne com os dizeres: "Picanha Black".

CAMARA DOS DEPUTADOS



O líder do PL na Câmara desenvolveu a ideia desde o domingo, 2, e disse que foi uma resposta direta a Sidônio. Em uma postagem nas redes sociais, o parlamentar mostrou como foi a distribuição das peças no gabinete da liderança do partido.

"Um recado para o Brasil todo aqui. Comida barata novamente, Bolsonaro 2026. Ninguém aguenta mais pagar café caro. Nem picanha nem café", disse Sóstenes.

Durante a sessão, bolsonaristas provocaram o presidente. "Lula, cadê você, o povo brasileiro precisa comer", cantaram. O gesto foi alvo de reprimenda do novo presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP). "Por gentileza peço a cordialidade de todos os deputados e deputadas neste dia muito importante da democracia brasileira e a história do Parlamento brasileiro", disse.

Nesta terça-feira, 4, o próprio Lula entrou no jogo e fez uma publicação em seu perfil nas redes sociais em que aparece com o boné com a frase "Brasil é dos brasileiros".

STF

Dino convoca audiência para avaliar cumprimento de exigências de emendas

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou uma audiência de conciliação para avaliar o cumprimento das decisões que cobram transparência na distribuição das emendas parlamentares. A reunião foi marcada para 27 de fevereiro.

Em despacho nesta terça-feira, o ministro justificou que a audiência é necessária para acompanhar a execução das exigências fixadas pelo STF e para "compreender o planejamento de ações futuras, pelos Poderes Executivo e Legislativo, para o integral cumprimento das decisões".

Foram intimados a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Advocacia do Senado Federal, a Advocacia da Câmara dos Deputados e o PSOL, partido que deu entrada na ação em que são debatidos os critérios para o repasse das emendas.

Poderão participar, como convidados, representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), da Secretaria de Relações Institucionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério da Gestão e da Inovação.

Flávio Dino formulou 15 questionamentos que devem ser respondidos pelo Executivo e pelo Legislativo. O ministro quer saber, por exemplo, se o Congresso promoveu ajustes nas regras para indicação, aprovação e execução de emendas de comissão, emendas de bancada e "emendas PIX" a partir de 2025. Também questionou se o Poder Legislativo identificou todos os parlamentares responsáveis pelas indicações de recursos nos anos anteriores.

15 QUESTIONAMENTOS DE DINO:

1) Qual o estágio de cumprimento da determinação de transparência acerca das "emendas de comissão" (RP 8) e das "emendas de relator" (RP 9), referentes aos anos de 2024 e anteriores? Quais dados já estão disponíveis no Portal da Transparência?

2) Qual rito de indicação, aprovação e execução de "emendas de comissão" (RP 8), "emendas de bancada" (RP 7) e "emendas PIX" (RP 6) será adotado no Orçamento de 2025? Quais medidas serão adotadas para conformação do rito às decisões do STF e à Lei Complementar nº . 210/2024, incluindo o fluxo de repasse dos recursos e o fluxo para a publicação dos dados sobre a execução das emendas no Portal da Transparência?

3) Quais órgãos de controle interno e externo estão sendo envolvidos no monitoramento da execução das emendas parlamentares em 2025?

4) Tem sido considerado algum ajuste estrutural no Planejamento Orçamentário de longo prazo para absorver as mudanças introduzidas pela Lei Complementar nº. 210/2024?

5) Existe um plano de fiscalização para garantir que as emendas atendam a finalidades públicas e não sejam utilizadas para indevidos favorecimentos? Há alguma iniciativa recente de colaboração com o Tribunal de Contas da União (TCU) ou outros órgãos de controle externo para aprimorar a fiscalização?

6) Como está sendo feita a identificação e correção de impedimentos técnicos para execução de emendas parlamentares (art. 10 da Lei Complementar nº. 210/2024)?

7) Como está sendo feito o acompanhamento da aplicação dos recursos das "emendas de bancada" (RP 7) para assegurar que sejam direcionados a projetos estruturantes (art. 2º da Lei Complementar nº. 210/2024 e art. 47, III, b, da Resolução nº. 001/2006, do Congresso Nacional)?

8) Quais medidas foram adotadas para priorizar a conclusão de obras inacabadas (art. 7º Lei Complementar nº. 210/2024)?

9) Existem desafios identificados na implementação das regras para transferências especiais ("emendas PIX") (art. 6º e seguintes da Lei Complementar nº. 210/2024)? Se sim, quais são as principais dificuldades e como estão sendo tratadas?

10) Todos os Planos de Trabalho referentes às "emendas PIX" (RP 6), desde a determinação de sua obrigatoriedade pela IN nº. 93/2024 do TCU, já foram inseridos no Transferegov.br e aprovados pelos Ministérios competentes?

11) Qual o estágio da realização das auditorias determinadas à CGU e ainda em curso?

12) Foram realizados treinamentos ou capacitações para os gestores responsáveis pela execução das emendas parlamentares?

13) Quais medidas serão adotadas para a ratificação pelas Comissões com competência para o tema da Saúde na Câmara e no Senado, até 31/03/2025, das emendas liberadas para o cumprimento do mínimo constitucional em saúde, em decisão de 31/12/2024 (e-doc. 1.165)?

14) Houve valores relativos a outra modalidade de emenda parlamentar (diferente das "emendas de comissão") empenhados para o cumprimento do piso constitucional da saúde, como decorrência da decisão de 31/12/2024 (e-doc. 1.165)?

15) Como está sendo feito o acompanhamento da indicação dos recursos das "emendas de bancada" (RP 7) para assegurar que sejam direcionados a projetos estruturantes (art. 2º da Lei Complementar nº. 210/2024 e art. 47, III, b, da Resolução nº. 001/2006, do Congresso Nacional)?

Nota

GLEISI DEFENDE GOVERNO LULA E DIZ QUE BOLSONARO COLOCOU BRASILEIRO NA 'FILA DO OSSO'

Diante da alta dos preços dos alimentos, a presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) "tirou comida da mesa e colocou o povo na fila do osso". Em publicação no X nesta terça-feira, a parlamentar também mencionou o ministro da Economia do governo passado, Paulo Guedes. "Nos quatro anos de seu desgoverno a inflação dos alimentos acumulou 57% segundo a Fipe. O inelegível e seus comparsas não têm autoridade para cobrar nem prometer o que nunca entregaram: alimento mais barato", escreveu Gleisi, que deve assumir a Secretaria-Geral da Presidência, como mostrou o Estadão. A declaração foi feita em meio a cobranças da oposição, principalmente de bolsonaristas, que elegeram neste momento o tema como carro-chefe para promover uma eventual candidatura de Bolsonaro em 2026 - que segue inelegível até 2030. Na segunda-feira passada, parlamentares da oposição apareceram usando bonés em verde e amarelo com a frase: "Comida barata novamente. Bolsonaro 2026", em resposta aos itens usados por governistas no sábado passado, que diziam "O Brasil é dos brasileiros". O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) também usou a rede social para comentar a manifestação de bolsonaristas, aos quais chamou de "cara de pau".

VERÃO: Sol o dia todo sem nuvens. Noite de tempo aberto sem nuvens. Manhã Tarde Noite 38º 24º 35% 05:37 18:41

INCA

Cientistas alertam para desinformação sobre câncer

VITOR ABDALA/ABRASIL

No Dia Mundial do Câncer, celebrado nesta terça-feira, pesquisadores do Instituto Nacional de Câncer (Inca) alertam para o grande fluxo de desinformações sobre a doença que circulam em redes sociais. Um artigo publicado na edição mais recente da *Revista Brasileira de Cancerologia* mostra os riscos de uma infodemia do câncer, ou seja, a circulação rápida e ampla de informações falsas sobre a enfermidade.

"Infodemia é um conceito criado por especialistas internacionalmente, validado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), que ganhou muita força durante a pandemia de Covid-19. Infodemia é um olhar sobre os momentos em que informações sobre saúde ganham uma grande relevância e começam a aumentar de uma forma muito abrupta essas informações, sejam verdadeiras, ou não", explicou o pesquisador Fernando Lima, um dos autores do artigo.

De acordo com o pesquisador, as redes sociais não facilitam a distinção entre informação, baseadas em evidências científicas, e desinformação. "Isso pode atrapalhar as tomadas de decisão do indivíduo sobre o seu próprio cuidado e acabar, ou atrasando tratamentos ou atrasando diagnósticos, e complicando os próprios casos".

O artigo destaca que a infodemia do câncer abrange desde mitos sobre as causas da doença até a promoção de medidas preventivas e tratamentos não comprovados. Essas informações podem incentivar ações sem base em evidências.

"Uma informação falsa que tem sido muito propagada em redes sociais tem relação com vacina contra HPV, que tem como objetivo a prevenção do câncer de colo de útero. Existe inclusive a desinformação de que isso [a vacinação] poderia estar associado a um aumento dos casos do câncer de colo de útero", afirmou Lima.

"Há também desinformação sobre a segurança do uso de cigarros eletrônicos. Eles não são seguros. Não há comprovação nenhuma de sua segurança. E há também notícias de substituição de tratamentos convencionais por tratamentos alternativos. Isso gera um grande risco para a sociedade".

Outra autora do artigo, Telma de Almeida Souza, lembra o caso recente da circulação de desinformações acerca do uso da graviola como uma suposta forma de matar células cancerígenas. "O tempo para o paciente com câncer é primordial. Isso faz com que ele perca tempo no seu tratamento. Esse combate à desinformação é importantíssimo para salvar vidas."

Segundo o artigo, a disseminação e amplificação das desinformações são potencializadas, de forma intencional, pelas redes sociais, por meio oo chamado "capitalismo de vigilância". Por esse conceito, as empresas de tecnologia ganham dinheiro mantendo as pessoas conectadas, coletando seus dados e moldando seus comportamentos.

Os algoritmos usados por tais redes sociais amplificam narrativas, que "criam câmaras de eco e privilegiam conteúdos sensacionalistas com o objetivo de aumentar o engajamento dos usuários, impulsionando a todos para a era da infodemia", diz o artigo.

"O aumento abrupto [da circulação dessas informações] dificulta muito para o cidadão comum compreender entender ali, diferenciar o que seria informação ou desinformação. A informação em saúde, hoje em dia, na internet, pode ter picos, o que se chama de viralização, e esse pico pode ser um momento que pode gerar muitas dúvidas na sociedade", ressaltou Fernando Lima.

De acordo com Lima, é preciso haver monitoramento permanente dessas informações e dar uma resposta rápida e eficiente, para que a sociedade saiba diferenciar informação e desinformação. Ações como regulamentar e responsabilizar as empresas que controlam as redes sociais e fortalecer respostas institucionais às informações falsas são medidas sugeridas pelos pesquisadores.

SUÉCIA

Ataque a tiros mata 10 em em escola para imigrantes

A polícia da Suécia afirmou que 10 pessoas morreram em um ataque a tiros em um centro de educação para adultos ontem, na cidade de Orebro, que fica a 200 quilômetros da capital, Estocolmo. As autoridades ainda não divulgaram o número final de mortos e feridos.

A escola, chamada Campus Risbergska, atende alunos com mais de 20 anos, segundo seu site. São oferecidos cursos de ensino primário e secundário, bem como aulas de sueco para imigrantes, formação profissional e programas para pessoas com deficiência intelectual.

Não ficou imediatamente claro se o atirador estava entre os mortos. Acredita-se que ele esteja entre os hospitalizados. A polícia disse que não havia ligações suspeitas com terrorismo neste momento.

De acordo com as autoridades, o autor do crime agiu sozinho e não tinha ficha criminal.

CONFINAMENTO

Alunos de escolas próximas e da escola em questão foram confinados "por razões de segurança", disse a polícia.

"Ouvi tiros, então me escondi e estou esperando notícias. Ativamos um alarme no aplicativo de segurança e estou me comunicando com meus colegas", disse Petter Kraftling, professor de uma das escolas, ao site do sindicato de professores sueco 'Vi larare'.

De acordo com o jornal sueco *Aftonbladet*, houve disparos de armas automáticas e a emergência do hospital da cidade e do departamento de cuidados intensivos tiveram que se reorganizar para dar espaço aos feridos.

O primeiro-ministro da Suécia, Ulf Kristersson, afirmou em um comunicado que "hoje foi um dia muito doloroso para toda a Suécia".

"Meus pensamentos também estão com todos aqueles cujo dia escolar normal foi trocado pelo terror", disse Kristersson. "Estar confinado a uma sala de aula com medo pela sua própria vida é um pesadelo que ninguém deveria experimentar."

Embora ataques desse tipo sejam raros na Suécia, houve vários incidentes graves em escolas nos últimos anos.

Em março de 2022, um estudante de 18 anos esfaqueou até a morte dois professores em uma escola de ensino médio na cidade de Malmo, no sul do país.

EUA

O que Trump já anunciou de tarifas contra outros países desde a posse

Donald Trump, que assumiu seu novo mandato como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro, aproveitou estas duas semanas no poder para impor tarifas sobre produtos importados. Desde quando assumiu, Trump já anunciou tarifas maiores aos produtos do Canadá, México e China, que figuram entre seus principais parceiros comerciais.

No sábado passado, Trump assinou três decretos para impor tarifas de 25% sobre produtos do México e do Canadá, além de taxar em 10% as importações da China. Veja abaixo o que já foi definido e o que ainda está em negociação em cada país.

CHINA

Trump assinou uma ordem executiva para impor uma tarifa de 10% aos produtos importados da China, medida que começa a valer a partir desta terça-feira. Em resposta, o Ministério do Comércio da China informou nesta terça que irá implementar tarifas de repressão contra os Estados Unidos: 15% sobre produtos de carvão e gás natural liquefeito e de 10% sobre petróleo bruto, máquinas agrícolas e carros de grande cilindrada As medidas passam a valer a partir do dia 10 de fevereiro.

"O aumento unilateral de tarifas dos EUA viola seriamente as regras da Organização Mundial do Comércio", afirmou o órgão chinês em sua declaração. "Não é apenas inútil para resolver seus próprios problemas, mas também prejudica a cooperação econômica e comercial normal entre a China e os EUA." A China disse que apresentaria medida judicial contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) para salvaguardar seus direitos e interesses. Está prevista uma conversa entre Trump e Xi Jinping para discutir as tarifas impostas.

MÉXICO

Trump também anunciou tarifas de 25% sobre as importações do México, que deveriam entrar em vigor nesta terça-feira. No entanto, a medida foi suspensa por um mês, segundo os governos dos dois países, após um acordo negociado entre o republicano e a presidente Claudia Sheinbaum na segunda-feira passada.

Em troca da pausa na aplicação de tarifas contra suas exportações aos EUA, o México reforçará a fronteira com 10 mil homens da Guarda Nacional para combater o tráfico de drogas, especialmente de fentanil, um opioide sintético responsável pela maior parte das overdoses nos EUA nos últimos anos.

O governo republicano tem acusado México e Canadá de facilitarem a entrada de fentanil nos Estados Unidos, em um momento em que o país vivencia uma crise de opioides.

Além disso, os EUA concordaram em ampliar a fiscalização de armas traficadas na direção sul da fronteira.

Durante essa pausa de um mês nas tarifas, haverá negociações entre os dois países sobre segurança na fronteira e comércio, e um novo acordo que evite as tarifas pode ser alcançado, segundo o presidente americano.

CANADÁ

Trump também impôs aos produtos importados do Canadá uma tarifa de 25%, e uma tarifa de 10% ao petróleo. O presidente dos EUA havia prometido que as tarifas impostas às importações canadenses entrariam em vigor a partir desta terça-feira. O Canadá retaliou no fim de semana ao anúncio de Trump com a aplicação de tarifas de 25% contra importações americanas.

No entanto, as decisões foram suspensas, segundo o Canadá, após uma ligação entre Trump e o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, na segunda-feira passada.

Trudeau afirmou no início da noite da segunda-feira que as tarifas de 25% impostas pelos Estados Unidos serão adiadas por pelo menos 30 dias após o canadense prometer mais cooperação na fronteira.

"As tarifas propostas serão pausadas por pelo menos 30 dias enquanto trabalhamos juntos", disse Trudeau. Ele afirmou que o Canadá seguiria adiante com seu plano de reforço de fronteira de 1 bilhão de dólares canadenses (US$ 680,9 milhões), e implantaria tecnologia e equipe adicionais.

O premiê canadense ainda disse que o Canadá nomearia um "czar do fentanil" e iria "listar cartéis como terroristas, garantir vigilância 24 horas por dia, 7 dias por semana na fronteira, lançar uma Força de Ataque Conjunta Canadá-EUA para combater o crime organizado, o fentanil e a lavagem de dinheiro".

Logo após o anúncio de Trudeau, Trump confirmou na rede *Truth Social* que ele pausará a ameaça de impor tarifas "para ver se um acordo econômico final com o Canadá pode ser estruturado".

COLÔMBIA

Há pouco mais de uma semana, EUA e Colômbia tiveram um conflito que não culminou na imposição de tarifas - ficou na ameaça.

A Colômbia, parceira comercial de longa data dos EUA, anunciou no dia 26 de janeiro, que não aceitaria seus cidadãos deportados dos EUA em voos militares. Em retaliação, Trump anunciou de imediato a fixação de tarifas de importação de 25% sobre os produtos colombianos, além da suspensão de vistos para o presidente colombiano, Gustavo Petro, aliados políticos e parentes e sanções bancárias e financeiras contra o país. Após o anúncio das sanções, Petro se pronunciou em seu perfil no X, em publicação direcionada a Trump, inflando ainda mais a polêmica.

No dia, 27, a Colômbia recuou sobre receber os deportados e "concordou com todos os termos do presidente Trump", disse a secretária de imprensa Karoline Leavitt.

ACUSAÇÃO

OAB questiona juiz Marcelo Bretas no CNJ

PEPITA ORTEGA/AE

A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio questionou, no Conselho Nacional de Justiça, a atividade do juiz federal Marcelo Bretas a quem atribui o papel de coach. Bretas se notabilizou como o juiz da Operação Lava Jato fluminense, época em que mandou para a cadeia doleiros, empresários e políticos, entre eles o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, condenado a mais de 400 anos de prisão por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo a OAB, Bretas "explora sua condição de membro do Poder Judiciário", destacando sua atuação como juiz da Lava Jato, como uma estratégia para fomentar a venda de seus serviços de coaching nas redes sociais.

Ao *Estadão*, Bretas rechaçou com veemência a tese de que atua como coach. "O curso em questão é de caráter acadêmico, tendo sido meticulosamente desenvolvido conforme os parâmetros exigidos pelo MEC", declara o juiz. "(O curso) segue integralmente os Planos Pedagógicos de Curso aprovados pela Faculdade Anhanguera."

"Trata-se de um curso de extensão universitária", afirma Marcelo Bretas. Para ele, "a classificação de 'coaching' é apenas uma forma de tentar desqualificar o curso universitário oferecido".

A OAB argumenta que a conduta de Bretas é "manifestamente incompatível com os deveres inerentes à magistratura" e configura "flagrante utilização indevida da função jurisdicional para fins eminentemente comerciais e lucrativos".

A entidade pede a suspensão das redes sociais de Bretas, a abertura de um processo administrativo disciplinar e ainda a imposição de um novo afastamento do juiz - que já é alvo de uma medida semelhante em investigação sobre suposto favorecimento do ex-governador Wilson Witzel nas eleições 2018.

Segundo a OAB, enquanto afastado de suas funções pelo CNJ, Bretas deveria "ter redobrado cuidado no cumprimento dos seus deveres, até mesmo como forma de demonstrar, com o seu comportamento, sua plena disposição em retornar à prática da jurisdição com a honra e a dignidade que se esperam de integrantes do Poder Judiciário".

EUROPA

UE terá de se envolver em negociações difíceis, diz Leyen

PEDRO LIMA/AE

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, afirmou que a União Europeia (UE) precisará se engajar em "negociações difíceis, mesmo com parceiros de longa data", diante da ameaça de novas tarifas ao bloco europeu pelo presidente dos EUA, Donald Trump. Ela ressaltou que, na busca por acordos com outras nações, a UE terá de, em certos momentos, "concordar em discordar".

Em discurso, Von der Leyen destacou que o bloco poderá "ter de trabalhar com países que não compartilham da nossa visão de mundo, mas que possuem alguns interesses em comum conosco". Segundo ela, "o princípio básico da diplomacia neste novo mundo é manter o foco no objetivo" e aceitar que, ocasionalmente, será preciso ceder em alguns pontos para avançar em outros.

A dirigente também alertou para o aumento no uso de ameaças e de ferramentas de coerção econômica, como sanções e tarifas. "Vimos como as coisas podem escalar rapidamente. A Europa protegerá sua segurança econômica e nacional, mas também é fundamental que encontremos o equilíbrio certo", afirmou.

Von der Leyen classificou os EUA como "o país com o qual temos os laços mais fortes" e ressaltou que a parceria tem sido "a base da prosperidade" ao longo da maior parte do século. "Compartilhamos muitas das mesmas preocupações - seja em relação à estabilidade regional ou à economia global. Queremos que essa parceria funcione. E não apenas por nossos laços históricos, mas porque é um bom negócio."

Para a presidente da Comissão, a ideia de um mundo pautado por crescente cooperação e hiper-globalização já está "ultrapassada" "Grandes temores estão de volta - das mudanças climáticas à IA, passando pela migração e pelo medo de ser deixado para trás. E isso também se reflete nas relações internacionais. Países estão transformando suas fontes de força em armas uns contra os outros Já estamos em uma era de geopolítica hipercompetitiva e hipertransacional", concluiu.

UCRÂNIA/EUA

Zelensky diz que espera chegada de investimentos

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, afirmou que o país está aberto e espera "com prazer" a chegada de investimentos de empresas norte-americanas. Ele alertou que, caso essa área fique sob controle da Rússia, outras nações e companhias poderão se envolver. "Tenho certeza de que entre eles estarão o Irã e a Coreia do Norte", destacou.

Zelensky também confirmou ter discutido o tema com o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "Falei sobre isso com ele. Gostaria que os negócios americanos, que estão muito interessados em entrar no mercado ucraniano, desenvolvessem essa direção conosco", acrescentou.